

NATUREZA E ESTRUTURA DA VIDA MENTAL NO INTERIOR DE UMA PERSPECTIVA FISCALISTA NÃO-REDUCIONISTA

NATURE AND STRUCTURE OF MENTAL LIFE WITHIN A NON-REDUCTIONIST PHYSICALIST PERSPECTIVE

Fabiense Pereira Romão¹
Leonardo Ferreira Almada²

Resumo: Nossa aspiração, nesse artigo, é a de defender uma perspectiva fiscalista não-comprometida com o programa reducionista inerente ao paradigma cerebralista. Acreditamos que, para tanto, devemos partir do seguinte problema: qual é o *status* básico da consciência, ou ainda, qual é o ‘lugar’ ou o ‘espaço’ da consciência no mundo físico? Com o propósito de sustentarmos uma tese para o problema das relações mente-corpo capaz de atender às exigências de uma perspectiva fiscalista e não-reducionista, percorremos as seguintes discussões: Quais os caminhos para compreensão da física no modelo teórico materialista-monista e não reducionista da vida mental? Do que trata o emergentismo na abordagem do problema mente-corpo? Como pensar emergência *versus* reducionismo a partir da ideia de estrutura compreendida por níveis de complexidade? Como pensar a relação do ‘todo’ sobre as partes? É possível que um emergentista não seja considerado um dualista de propriedades? Por fim, faremos algumas considerações finais a partir da discussão da irredutibilidade sob o prisma das perspectivas não-redutivistas.

Palavras-chave: Perspectivas fiscalistas não-redutivas em filosofia da mente. Emergência. Emergentismo e dualismo de propriedades.

Abstract: Our aspiration, in this paper, is to defend a physicalist perspective which is not committed to the reductionist program inherent to the cerebralist paradigm. We believe that, for that purpose, we must start from the following problem: what is the basic status of consciousness, or even, what is the ‘place’ or ‘space’ of consciousness in physical world? In order to supporting a thesis for the problem of mind-body relations that is capable of meeting the demands of a physicalist and non-reductionist perspective, we covered the following discussions: What are the ways to understand physics in a materialist-monist and non-reductionist theoretical model of mental life? What is the purpose of emergentism in addressing the mind-body problem? How to think about emergence versus reductionism based on the idea of physical structure based on levels of complexity? How to think about the relationship between the ‘whole’ and the parts? What position should we hold with regard to the causal and ontological relations of the (conscious) mind, including the reducibility-irreducibility and inclusivity-exclusivity relations? How does emergentism approach a notion of the metaphysics of processes under the consideration of bottom-up and top-down regulation mechanisms? Is it possible for an emergentist not to be considered a property dualist? Finally, we will make some final considerations based on the discussion of irreducibility from the physicalist perspective of non-reductivist perspectives.

Keywords: Non-reductive physicalist perspectives on philosophy of mind. Emergency. Emergentism and property dualism.

¹ Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: phabienseromao@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3615-0153>

² Professor Associado III do Instituto de Filosofia e do Programa de Pós Graduação em Filosofia (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: leonardoferreiraalmada@ufu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9777-5667>

Considerações iniciais: natureza da vida mental sob o prisma do fisicalismo não-reducionista

No que diz respeito ao conjunto de posições que pretendemos sustentar quanto à natureza da mente no âmbito do problema das relações mente-corpo, buscaremos, nesse artigo, defender uma perspectiva fisicalista que não se comprometa com o programa reducionista tão fundamentalmente ancorado no paradigma cerebralista. Ao nos atrelarmos à perspectiva fisicalista da mente, uma questão central se nos impõe, a saber: qual é o *status* básico da consciência e/ou qual é o ‘lugar’ ou o ‘espaço’ da consciência no mundo físico? Se a resposta dada for a de que a mente se encontra plenamente no mundo físico, temos condições de equacionar, em tese, o problema do fechamento causal do (domínio) mundo físico (Almada, 2017a, 2017b; Mograbi, 2008; Stephan, 1998, 1999; Vieira, 2009).

Neste caso, a tese do fechamento causal do mundo físico antagoniza, por um lado, com o dualismo cartesiano tradicional, para o qual a mente é concebida em separado do corpo, e que, destarte, concebe o físico e o mental como duas substâncias distintas. Por outro lado, a tese do fechamento causal do mundo físico também debela com o dualismo de propriedades, para o qual os estados mentais são considerados propriedades independentes do mundo físico, e, portanto, completamente inacessíveis à ciência.

De acordo com Searle (1992), o dualismo de propriedades alega que o mental se sobrepõe ao físico, e, portanto, os domínios mentais se constituem como propriedades que vão além das propriedades físicas. Searle (2004, p. 702) procedeu a uma crítica do dualismo de propriedades, advogando que a ingenuidade dessa perspectiva é materializada por exemplo na tese de que a consciência ‘vaza’ pelo comportamento dos neurônios no cérebro, e, uma vez ‘esguichada para fora’, teria, em seguida, ‘vida própria’. Searle (1992, p. 23-24), a favor da perspectiva fisicalista, defende a tese de que “o estado mental da consciência é uma característica biológica ordinária” de um organismo vivo que está submetido, antes, aos mecanismos físicos do cérebro e às leis físicas do mundo físico. Endossamos esta visão e ressaltamos que o campo da física é sumamente relevante, sem perder de vista que as linhas mestras do debate são conduzidas nos ramos da filosofia.

Nesta empreitada, em sintonia com Almada (2017b, p. 75), sustentamos a tese de que a mente (consciente) surge no interior do mundo físico dentro de suas leis reguladoras em que organismos dotados de sistemas nervosos suficientemente complexos tornam-se capazes de dar origem a fenômenos mentais. Vinculados a uma proposta fisicalista-

fisicalista, buscamos ampliar a compreensão do estado de arte da ontologia da física subjacente à perspectiva a qual estamos atrelados. Nosso propósito traz como pano de fundo três indagações de base, a saber: o que a perspectiva fisicalista não-reducionista tem a dizer sobre o *status* da mente no que diz respeito à origem (de onde vem?), natureza (do que é constituída?) e estrutura (como funciona?) da vida mental.

Caminhos para compreensão da física no modelo teórico materialista-monista e não reducionista da vida mental

Esta seção destina-se a trilhar caminhos orientados pela perspectiva filosófica monista-fisicalista. No compasso de Almada (2017a, p. 114), aduzimos a questão capital que norteará o desenvolvimento da nossa seção, a saber: “qual o papel da física na elucidação do lugar da mente no mundo físico” (Almada, 2017a, p. 114). Nossa empreitada é dependente de recursos oriundos da física para que possamos avançar na investigação dos elementos básicos da matéria, discutir sobre a existência do nível mais básico e fundamental da realidade, assim como refletir sobre a estrutura composicional do mundo físico (Almada, 2017b, p. 75). Nesta tarefa, não podemos nos distanciar da concepção de que é dentro do mundo físico, no interior de suas leis reguladoras (físicas-químicas-biológicas) que organismos dotados de sistemas nervosos suficientemente complexos são capazes de dar origem aos fenômenos mentais/propriedades mentais/estados mentais (Almada, 2017b, p. 75).

Afinal, ao tratarmos de uma perspectiva fisicalista, a pergunta é incontornável: minimamente de qual modelo de física estamos a falar? A resposta encontra esteio nos trabalhos desenvolvidos por dois filósofos brasileiros, a saber: Almada (2017a; 2017b) e Mograbi (2016). Ambos concordam que embora a física esteja longe de oferecer uma resposta final e definitiva de uma “teoria de tudo”, o seu atual estado de arte se bem empregado pode auxiliar no alcance do sucesso explicativo no diz respeito à compreensão dos constituintes básicos do mundo físico e do estatuto da mente à luz de uma estrutura dinâmica e interativa, auto-organizada e complexa dos organismos. Neste cenário, concebe-se a física o *status* de *background* de um sistema hierárquico de processos físicos que se encontra sob a égide de um escalonamento distribuído em níveis de complexidade.

No que tange à física, Mograbi (2016, p. 117), realiza uma breve digressão histórica abordando o texto de Hempel de 1980 que possivelmente encontra sua fonte primária em 1969 (Mograbi, 2016, p.117). O texto apresenta o que ficou conhecido como

dilema de Hempel. O dilema de Hempel sumariza a ideia de que a física contemporânea é sabidamente imprecisa e incompleta em sua ontologia fundamental, e, por isso, o fisicalista levanta a indagação sobre a prosperidade de uma física vindoura e sua capacidade explicativa acerca dos constituintes últimos do mundo físico (Mograbi, 2016, p.118). Esta física inexistente é de difícil interpretação justamente por lidar com projeções imprevisíveis de uma física do futuro. O dilema de Hempel, então, paira sobre a imprecisão da física atualmente disponível, por um lado, e, de outro, tem que lidar com a imprevisibilidade de uma física do futuro.

Mograbi (2016) não se declina ao dilema de Hempel. Defende a ideia de que a física atual mesmo sendo incompleta e imprecisa não impede que operemos sobre o mundo de modo satisfatório, e baseados em leis físicas. Assim, sustenta a viabilidade dos estudos do comportamento de vários componentes físicos com razoável precisão a partir do que temos disponível no atual estágio da nossa física contemporânea (Mograbi, 2016, p. 118).

Nesta seara, busca-se oferecer uma resposta mais imune ao dilema de Hempel que seja compatível com a física atual disponível, outrossim, que seja também compatível com a gama possível de revisões que a física possa receber no futuro. Para isso, adota-se uma visão dinâmica da física fundamentada em forças e não em partículas (Mograbi, 2016, p. 121). Mograbi, neste sentido, expõe um relevante impacto de sua opção: superar o cartesianismo na via da opção por forças em detrimento de ‘coisas’. Neste ponto, é estampada a concepção da física ora defendida: “físico é tudo aquilo que é operado pelos quatro tipos de forças ou interações fundamentais, a saber, força forte, eletromagnetismo, força fraca e gravitacional” (Mograbi, 2016, p. 121).

A adoção do *background* físico operado pelas quatro forças elementares busca evitar os limites impostos pela adesão a uma ontologia dicotomizada pela cisão radical (*res extensa- res cogitans*). O grande mérito da prevalência ontológica de uma visão dinâmica sobre uma visão reificada é patente. Segue-se daí uma oposição a uma visão de mundo constituído tanto aditivamente quanto a uma visão de mundo dicotomizada, tornando possível conceber processos de decomposição e/ou unificação sem os problemas de fundamentos de ontologias reificadas que perdem seu objeto diante de diferenças de granulação (níveis) ontológica (Mograbi, 2016, p.121). Mograbi (2016) defende que uma ontologia fundada nas quatro forças fundamentais da física abraça o dinamismo da física atual sem perder compatibilidade com as novas descobertas de uma física futura. Uma física fundada nas quatro forças fundamentais:

Não sofrem das mazelas que um sistema fiscalista fundado no microfísico que teria de ter de rever sua base ontológica a cada descoberta de unidades menores da realidade, aos sabores de uma física fundada em partículas. Se por exemplo, uma partícula que hoje é meramente uma hipótese sem comprovação empírica tivesse sua existência confirmada (como é caso do “graviton”) não haveria qualquer fragilização para essa visão, já que ela não está fundada em partículas e o máximo que teríamos, seria mais evidências de como a força “gravidade” é mediada. No caso da refutação da existência do graviton seguimos bem fundados na interação que é operada pela força gravidade. Uma ontologia fundada nas 4 forças fundamentais da física não confunde as partes mínimas da realidade com a física fundamental dada pelas interações fundamentais do físico (Mograbi, 2016, p. 123).

Esta concepção vai de encontro a ideia de que os constituintes últimos da realidade comportam exclusivamente sólidos, e, a reboque, se opõe à ideia de que os ‘murmúrios’ da realidade são formados por ‘tijolinhos da realidade’ (*bits of matter*). Se a tese de que o mundo é composto pelos mesmos fragmentos de matéria, sem novidades, for admitida, ficamos limitados teórica- e conceitualmente à visão (clássica) atomística de mundo. Trata-se de uma perspectiva remota que deve ser superada pelo modelo padrão de partículas incorporado pela mecânica quântica e os campos de forças e a relatividade especial (Mograbi, 2016; Almada 2017a; Almada 2017b).

O modelo padrão da física de partículas é uma teoria quântica de campos que remonta os anos de 1930. Seus proponentes, Fermi e Yukawa, apresentaram respectivamente suas teorias da interação fraca e forte (Nagashima, 2014). Esta proposta se estabeleceu como modelo padrão da física de partículas nos idos de 1970. Seu sucesso é atribuído à sua capacidade de mapear com abrangência as propriedades e interações dos constituintes básicos da matéria visível em seu nível mais fundamental (Nguyen, 2014). Esta teoria tornou-se uma forte referência no que concerne ao conhecimento sobre a estrutura da matéria que temos a partir da identificação das partículas básicas conhecidas e da ampliação de conhecimentos acerca de suas interações nucleares (Skinnari, 2012).

Almada (2017a, p. 118), em seus estudos aponta que o sucesso explicativo do modelo padrão é decorrente da incorporação de três das quatro forças fundamentais que regem as partículas elementares em seu nível mais fundamental, a saber: eletromagnética, força fraca e força forte. A força gravitacional neste ponto do texto de Almada (2017a, p. 118) não aparece na lista das quatro forças fundamentais pelo fato de não estar incluída ainda na estrutura matemática do modelo padrão. Assim, o “graviton”, a partícula elementar que supostamente carrega a força gravitacional tem sua ausência justificada do

modelo padrão por não ter sido confirmada nos estudos realizados pelo LHC (*Large Hadron Collider*) (Almada, 2017a, p. 117).

Contudo, Almada (2017a, p. 127) adiante expõe seu ponto de vista acerca das limitações do modelo padrão em relação à gravidade. Almada, defende a ideia segundo a qual as limitações da gravidade do modelo padrão podem ser minimizadas pelo fato de que, “ao nível da escala minúscula das partículas, o efeito da gravidade é fraco o suficiente para que possamos desprezá-lo” (Almada, 2017a, p. 127). Por consequência, a incorporação da interação gravitacional pelo modelo padrão não parece exibir uma restrição severa de seu poder explicativo (Almada, 2017a, p. 127). Deste modo, é justificada a manutenção da gravidade dentre as quatro forças fundamentais que compõem o *background* do mundo físico.

Neste ponto, dispomo-nos minimamente das condições necessárias para responder a pergunta feita anteriormente: qual é a concepção da física que nos guiará rumo à tentativa de compreensão da constituição do mundo e do ‘lugar’ da mente (consciente) neste mundo? Com o suporte de Mograbi (2016) e Almada (2017a; 2017b) nos dedicamos a arregimentar recursos a fim de oferecer uma resposta mais compatível possível com o atual estado de arte de nossa física moderna. Em sintonia com Almada (2017a, p. 111), expomos a concepção cujo *background* da física tomamos como referência, qual seja: o conjunto de partículas elementares do mundo, bem como suas leis físicas, suas interações e cargas, bem como as quatro forças fundamentais (força forte, eletromagnetismo, força fraca e gravidade), campos de forças do mundo físico.

Na próxima seção buscaremos avançar na abordagem da perspectiva fisicalista (não-reducionista da consciência) à guisa da concepção de que o lugar da consciência no mundo é o mesmo ocupado por qualquer outro fenômeno físico (Almada, 2017b, p. 74). Desta maneira, a indagação precípua de qual é o mundo físico da consciência e o seu ‘espaço’ ou ‘lugar’ ocupado no mundo físico (do que é constituída) refere-se ao espaço dado pelos limites do físico e das leis reguladoras do físico. Este espaço estendido de onde emerge a mente (consciente) decorre da dinâmica das interações e integração dos macromarcadores, a saber: cérebro-corpo-ambiente (Almada, 2017b, p. 74).

Fisicalismo não-reducionista: o *background* físico e o emergentismo na abordagem do problema mente-corpo

Nesta seção, buscaremos aprofundar a discussão do *background* físico e da perspectiva emergentista na abordagem do problema mente-corpo. Para tanto, recorreremos à tese apresentada na seção anterior cuja concepção da física estamos a defender, qual seja: a concepção segundo a qual a física sustenta o *status* de *background* de um sistema hierárquico de processos físicos que se encontra sob a égide de um escalonamento distribuído em níveis de complexidade.

Estamos indexados teoricamente ao monismo físico no campo de estudos da metafísica da mente. Trata-se de uma posição fundamental para os propósitos do nosso trabalho cuja tese pode ser sumarizada do seguinte modo: tudo que existe no universo é constituído pelo físico e/ou realizado pelo físico. Em outros termos: “toda a miríade de complexas relações que encontramos nos mais diversos âmbitos do universo são completamente constituídas por estas partes físicas” (Mograbí, 2016, p. 99).

Reestampamos a ideia de que estamos orientados por uma visão dinâmica da física cuja posição é contrária ao atomismo clássico, e, destarte, se opõe à visão restrita do mundo constituído exclusivamente por partículas físicas (ou mesmo sólidas) arranjadas aditivamente. Isso não quer dizer que as partículas físicas devam ser desprezadas. Antes, engajamo-nos a uma concepção mais abrangente da física cujo espectro é dimensionado pelo conjunto de partículas elementares do mundo, bem como suas leis físicas, suas interações e cargas, bem como as quatro forças fundamentais (força forte, eletromagnetismo, força fraca e gravidade), campos de forças do mundo físico (Almada, 2017a, p. 111).

A espinha dorsal do sistema fisicalista é apresentada pela seguinte tese fundante: o universo é plenamente constituído pela ordem física. Assim, as indagações de base: do que é constituído o mundo físico? do que é constituída a mente (consciente)? vai encontrar na tese monista fisicalista a sustentação de uma perspectiva filosófica fisicalista a partir da qual a realidade é concebida como um todo unificado desde os marcadores físicos dados pelas quatro forças elementares, estendendo-se até os níveis superiores de complexidade nomologicamente dependentes deste *background* físico.

A tese fisicalista apresenta um tronco comum relativo a algumas das variáveis fisicalistas proeminentes do problema mente-corpo: obviamente a física está na base

constitutiva da mente (consciente). Neste panorama, de um lado, temos os paradigmas fisicalistas reducionistas, e, de outro, os paradigmas fisicalistas não-reducionistas.

A partir deste tronco comum surgem paradigmas teóricos distintos cujas abordagens modificam a forma de compreender a relação da mente (consciente) com a sua base física. Despontamos três deles, a saber, (i) eliminativista ou eliminacionista, (ii) dualismo de propriedades; e a posição que estamos a sustentar, a saber, (iii) emergentista e (corporificada). Eis as vertentes apresentadas sucintamente com o propósito de discriminar a relação da mente (consciente) com a sua base física:

(i) O eliminativista ou eliminacionista reduz os estados mentais aos estados cerebrais atribuindo a identificação do cérebro à mente (consciente). Trata-se de uma visão cerebralista (fisicalista e reducionista) que confina fenômenos mentais às atividades do sistema nervoso central: neurônios, axônios, dendritos etc. Por consequência, o eliminativista concentra seus esforços na tentativa de ‘eliminar’ os fenômenos mentais por meio da ação redutora do cérebro que reduz a mente (consciente) à atividade deste cérebro. Logo, a tese é radicalizada com a inferência de que a mente (consciente) deixa de ser causada pelo cérebro uma vez que é reduzida a ele;

(ii) No dualismo de propriedades temos o caso em que a mente (consciente) resulta do comportamento dos neurônios no cérebro, e ao ser produzida se ‘descola’ das suas bases constituintes culminando na sugestão de que o mental se sobrepõe ao físico, e, portanto, os domínios mentais se constituem como propriedades que vão além das propriedades físicas. Ou seja, a fonte a partir da qual surge a mente (consciente) neste caso é a físico, ordem física, entretanto, uma vez soerguida se torna independente do mundo físico. Consequentemente, temos uma posição fisicalista e não-reducionista exibida por uma vertente dualista de propriedades que promoveu a cisão entre a base física, de um lado (cérebro-corpo), e, a mente (consciente) e suas propriedades mentais, de outro; e

(iii) A perspectiva emergentista reúne fisicalistas engajados na comunhão de duas teses precípuas: a) a primeira repousa na tese de que o mundo físico é exclusivamente constituída pelo físico, e b) a segunda repousa na tese de que certas propriedades ou relações não podem ser reduzidas aos seus componentes (físicos) de base. Logo, da união destas duas teses resulta o emergentismo cujo solo teórico e conceitual pavimenta-se na via do fisicalismo não-reducionista. É neste ponto que reside um dos maiores desafios do emergentista, qual seja: o de operar decomposição e

unificação no seio das dimensões ontológicas sem perder seu objeto nos níveis superiores de complexidade, como é o caso do dualismo de propriedades.

O emergentista sustenta a tese consoante a qual as camadas de complexidade do mundo físico distinguem-se pela capacidade dos níveis mais complexos de instanciarem novidades ontológicas (propriedades inéditas) (Almada, 2017b, p. 77). Estas propriedades específicas justificam uma escala de complexidade quando comparamos um nível posterior a um anterior Almada (2017b, p.77). Esses tipos de propriedades que pertencem a um nível específico da realidade são denominados propriedades emergentes (Almada, 2017b, p. 77).

O fisicalista emergentista, em conformidade com Almada (2017b, p. 81), propõe a tese alinhavada com a concepção de que a autonomia das propriedades mentais (propriedades emergentes) não exclui a dependência nomológica destas propriedades emergentes ou fenômenos mentais e/ou propriedades sistêmicas em relação às propriedades básicas do sistema fisicamente constituído. Assim, sustenta-se a perspectiva de que as propriedades sistêmicas (emergentes) - mente (consciente) - sejam capazes de exercer influência sobre o conjunto de sistemas menores ou componentes de base no âmbito das relações *top-down* [mente (consciente) → cérebro-corpo-ambiente]. Desta maneira, reafirmamos a concepção de que é dentro do mundo físico que os fenômenos mentais emergem enquanto propriedades de nível superior, e a partir da concepção de que estão submetidos a leis reguladoras (físicas-químicas-biológicas) que defendemos a viabilidade da corrente emergentista enquanto perspectiva fisicalista (fisicalista) que não está vinculada à pauta reducionista.

No que tange à agenda fisicalista reducionista é importante conhecer minimamente suas raízes a fim de ampliar os recursos argumentativos da posição fisicalista não-reducionista que estamos defendendo. Neste sentido, Murphy (2007, p. 24) expôs a ideia de que o reducionismo atomístico é um forte candidato a fonte de todas as outras formas de reducionismo. Para Murphy (2007, p. 23-24), o reducionismo atomístico tem como consequência o reducionismo ontológico que se divide em duas abordagens gerais, a saber: a primeira, repousa na concepção de que ingredientes materiais novos não são acrescentados na hierarquia da realidade. Logo, o mundo é constituído pelos mesmos fragmentos de matéria remota sem apresentar novidades. A segunda forma é acomodada por uma concepção mais radical: deriva da ideia de que apenas os componentes básicos são reais, de tal modo que os compostos (células,

moléculas e organismos) não são nada, exceto, complexo de átomos. O que é em outros termos equivalente ao atomismo reducionista (Murphy, 2007, p. 23-24).

Almada (2017b, p. 84), realiza uma breve digressão histórica até o atomismo grego clássico com a finalidade de apresentar os ecos desta posição na contemporaneidade. Segundo Almada (2017b), o que explica a força contemporânea da posição fundamentalista é a sua simpatia pelo programa reducionista. Desta forma, a posição fundamentalista do atomismo encontra arrimo na crença de que é legítimo referir-se a um fundamento último da realidade.

Almada (2017b, p. 84), exhibe quatro formas gerais de assumir uma posição fundamentalista de acordo com Schaffer (2003, p. 498): (i) a posição fundamentalista a partir da concepção de que somente os componentes de nível fundamental são primariamente reais, e, destarte, os arranjos compostos são apenas derivados dos componentes de nível fundamental, (ii) a posição consoante a qual tudo sobrevém à distribuição local das qualidades fundamentais, (iii) a posição epifenomenalista segundo a qual a abrangência dos poderes causais remontam ao nível fundamental, e; (iv) a atomística, a partir da concepção cujo mundo é arranjado apenas pelos componentes últimos da realidade, de tal modo que (partículas) se arranjam e se agrupam de várias maneiras.

A posição fisicalista reducionista se empenhou e se empenha na tarefa de superar a ideia de mente como substância ou propriedade separada, respectivamente representadas pelo dualismo de substâncias e pelo dualismo de propriedades. Neste ponto, nos sintonizamos com Almada (2017b, p. 78): “os fisicalistas reducionistas não foram capazes de superar a tendência do paradigma dualista de dicotomizar os reinos físico e mental ou mesmo os reinos do cérebro e do corpo”.

A tese reducionista, segundo Almada (2017b, p. 80), se ancora sobre a ideia de identidade numérica dada entre tipos de estados mentais ou eventos mentais e tipos de estados cerebrais ou eventos físicos. Entretanto, a tentativa de superar a dicotomização não logrou êxito (pelo menos no plano discursivo). As armadilhas do vocabulário empenhado promovem frequentes e recorrentes cisões ontológicas entre o mental e o cerebral, ou entre a esfera mental e a corporal/física (Almada, 2017b, p. 80). Deste modo, a perspectiva cerebralista (reducionista) professa a crença de que o próprio cérebro é o suficiente para elucidar o surgimento e a estruturação da mente. Contudo, segundo Almada (2017b), o fisicalismo reducionista apenas mudou o ponto sobre o qual o

dualismo cartesiano se concentra, uma vez que rejeitam o entendimento de que a mente e cérebro são níveis diferentes de uma realidade distribuída em níveis de complexidade.

Almada (2017b, p. 79), sustenta a tese de que os fisicalistas incorrem na manutenção da dicotomização entre o físico e o mental, ainda que seja com uma aparência nova. Almada (2017b, p. 79) assinala que essa dicotomização é observada na redução, na medida em que implica uma relação entre dois ou mais domínios. Deste modo, o fisicalista apenas desloca o ponto da dicotomização: no lugar da dicotomização entre substâncias físicas (corpos) e substâncias não-físicas (mente), o fisicalismo apela para uma cisão entre o cérebro e a mente, por um lado, e, o corpo e o ambiente, por outro lado (Almada, 2017b, p. 79-80).

Os fisicalistas reducionistas ao insistirem na desconsideração (eliminação) dos fenômenos mentais na via da redução, também desconsideram propriedades (características - processos) de nível superior no interior de uma concepção de realidade distribuída em níveis de complexidade. O desfecho da alternativa fisicalista é o de exclusão da existência de quaisquer domínios para além da dicotomia entre o material e o imaterial. Em outros termos, a dicotomia é reduzida na totalidade das substâncias existentes, de um lado, e, por outro lado, à noção de imaterialidade ou inexistência, do outro. Incontornavelmente, processos ou propriedades de nível superior representados pelos fenômenos mentais deixam de ocupar um ‘lugar’ no mundo físico. A consequência marcante, então, é a de que ‘fora’ do mundo físico, no rol das questões inexplicáveis, a perspectiva fisicalista reducionista mantém-se refém de uma dicotomia dada pelo cérebro e o corpo, de um lado, e a mente do outro.

Esta seção buscou expor a perspectiva fisicalista não-reducionista a partir da concepção da física e do seu *status* de *background* no interior de um sistema hierárquico de processos físicos. Para tanto, lançamos mão da perspectiva emergentista por concebê-la como a abordagem mais afim aos nossos propósitos no que diz respeito à abordagem do problema mente corpo.

Trouxemos à baila a indagação precípua de qual é o mundo físico da consciência e o seu ‘espaço’ ou ‘lugar’ ocupado no mundo físico (do que é constituída)? Alcançamos a concepção de que se refere ao espaço dado pelos limites do físico e das leis reguladoras do físico. Este espaço estendido de onde emerge a mente (consciente) decorre da dinâmica das interações e integração dos macromarcadores, a saber: cérebro-corpo-ambiente (Almada, 2017b, p. 74).

Esta relação interprocessos ocorre através das interações entre as partes constituintes envolvidas. Utilizando os micromarcadores das quatro forças elementares em interação — força forte, eletromagnetismo, força fraca e gravidade — chegando até os macromarcadores dados pela interação entre o corpo, cérebro e ambiente, temos a ideia de uma rede integrada, interativa e organizada, composta por uma estrutura ascendente de complexidade. As partes constituintes são precursoras dos níveis superiores; todavia; os níveis superiores apresentam características que não estão instanciadas nos níveis anteriores. Desta feita, nos moveremos para a próxima seção a fim de nos debruçarmos sobre o problema da estrutura (como funciona?) da vida mental.

Estrutura da vida mental: Emergência *versus* reducionismo – a estrutura compreendida por níveis de complexidade

Para levar nossas finalidades teóricas a cabo, estamos procedendo a uma divisão didático-pedagógica cuja finalidade é a de tangenciar as variedades que pretendemos abarcar em nosso equacionamento do problema das relações mente-corpo. Referimo-nos a três dimensões independentes e, ao mesmo tempo, interligadas entre si no equacionamento do problema das relações mente-corpo, quais sejam: (i) o mundo físico da vida mental; (ii) a estrutura da vida mental; (iii) a origem da vida mental.

A indagação acerca do que somos? O que é a consciência? As indagações acerca de quais são os critérios que identifica(m) ou classifica(m) a consciência passa pela discussão da estrutura da vida mental. E, as seguintes questões levantadas: somos um cérebro, um corpo ou uma mente? é a consciência uma substância ou um processo? (dentre outras questões que poderiam ser feitas) não escapam do enfrentamento da recorrente pergunta que caracteriza o problema das relações mente-corpo, a saber: como se relacionam fenômenos mentais e físicos?

O debate teórico sobre o emergentismo *versus* reducionismo deve recorrer as melhores ciências atuais disponíveis para equacionar os problemas teóricos relacionados com a estrutura do mundo físico e a estrutura da vida mental. Deste modo, a defesa encaminhada pousa sobre questões que não só desafiam a posição reducionista, mas também sinalizam, concomitantemente, para a maior plausibilidade da posição emergentista. Eis uma dessas questões, formuladas de duas maneiras opostas: Os constituintes básicos da realidade compõem, aditivamente, todos os objetos complexos do mundo? Objetos complexos, por outro lado, são redutivamente decomponíveis de

modo a abarcar compreensivamente seus constituintes básicos? (Romão; Almada, 2021, p. 47). Não precisamos ir longe para encontrar casos que desafiam este entendimento. A propriedade de solvência da água, por exemplo, não está presente nos seus constituintes isoladamente (moléculas de hidrogênio e oxigênio). Podemos dizer que a solvência emerge enquanto novidade ontológica de nível superior das interações entre estas moléculas? (Romão; Almada, 2021, p. 47).

Ao tratarmos a mente (consciente) como propriedade emergente, estampamos a sugestão de que as propriedades sistêmicas exibem características não-instanciadas em suas partes, bem como a plausibilidade da tese de que o sistema apresenta novidades ontológicas em relação às partes de onde emergem. Desta maneira, é possível discutir a plausibilidade da consideração de quem concebe um modo peculiar de existir do fenômeno mental em relação aos mecanismos basais a partir dos quais emergiu. Tomando de empréstimo o representado pela ciência física, equivale a dizer que todos os níveis superiores se encontram em relação de dependência aos mecanismos dos níveis inferiores, ainda que haja uma independência qualitativa destes em relação aos seus eventos e/ou fenômenos de base (Romão; Almada, 2021; Almada, 2017a; Almada 2017b).

Portanto, ao pensarmos na tese emergentista e na condição de irreducibilidade da consciência enquanto propriedade sistêmica, buscaremos compreender o modo como a teoria emergentista elucida a organização da vida em um mundo físico compreendido em níveis de complexidade. Sob este prisma, genericamente, o emergentismo postula que a realidade se encontra estruturada em níveis: físico, químico, biológico, senciência, consciência, sociedade. O pavimento químico depende do físico, mas exibem propriedades ou processos que não podem ser reduzidos ao físico. O pavimento biológico, por sua vez, depende do físico e do químico e não se reduz a eles, e, assim, até chegar ao pavimento da sociedade (Dutra, 2015). Todos os níveis superiores são dependentes dos mecanismos dos níveis inferiores, a partir do representado pela ciência física, ainda que haja uma independência qualitativa destes em relação aos seus eventos e/ou fenômenos de base.

Ao aludirmos a ideia de um mundo compreendido sob a égide de uma escala hierárquica de complexidade, destacamos o papel das interações entre os níveis. Sobre isso, vale citar Juarrero (2000, p. 32), para quem “o surgimento de níveis de organização relativamente autônomos acarreta o aparecimento de níveis de qualidade relativamente autônomos”, e, por consequência, “mudanças quantitativas produzem mudanças qualitativas”.

Estrutura da vida mental e Emergência da mente consciente: uma perspectiva fisicalista em busca da plausibilidade da reciprocidade da influência do ‘todo’ sobre as partes

Interessa-nos o problema da estrutura da vida mental (como funciona?). Neste ponto, é preciso esclarecer minimamente a distinção entre estrutura e função e as correlações existentes entre estes domínios distintos em uma escala de complexidade. A tarefa de investigar quais são os elementos constituintes da vida mental nos conduz ao problema da estrutura da vida mental. Por sua vez, o exame do modo como funciona a vida mental diz respeito à sua função. A relação entre estes dois domínios é de interdependência. No caso do problema mente-corpo a fundamentação e descrição de sua estrutura tem o potencial de mudar radicalmente o entendimento da funcionalidade (função) da vida mental.

Incluiremos, doravante, o exame da plausibilidade da influência dos aspectos de nível superior (qualitativos) sobre as ‘partes’ sem que deixemos de considerar primeiramente a condição *sine qua non* da influência das partes sobre o ‘todo’. Examinaremos como se dão os processos de influência entre as partes combinadas a partir do pressuposto de que propriedades não presentes em níveis mais básicos podem aparecer em níveis mais complexos. Assim, ao emergentista lhe cabe lidar com o seguinte desafio exposto por Libet (2004) através da citação do astrofísico Arthur Eddington: “Costumávamos acreditar que se soubéssemos uma coisa e depois outra, então sabíamos duas, porque um e um são dois. Agora estamos descobrindo que devemos aprender mais sobre o ‘e’” (Eddington *apud* Josephson *apud* Libet, 2004, p. 162).

Um dos desafios de nossa perspectiva é o de demonstrar como uma realidade completamente constituída fisicamente pode apresentar propriedades emergentes com características exclusivas em determinados níveis de complexidade sem que, no entanto, incida no dualismo de substâncias, de um lado, e, por outro lado, no dualismo de propriedades. Ambas as perspectivas apresentam dificuldades significativas para lidarem com as relações entre a mente e o corpo (Damásio, 1994, 1999, 2003, 2010; Searle 1992).

Frisamos que pretendemos avançar no enfrentamento das limitações apresentadas pelo dualismo — tanto o de substâncias quanto o de propriedades — no que diz respeito ao modo como a mente e o corpo interagem. Essa tarefa é recorrente ao longo do nosso trabalho, por um lado, e, por outro lado, nossa alternativa teórica para o problema das

relações entre a mente e o corpo também rivaliza sistematicamente com as perspectivas cerebralistas a partir das quais os estados mentais são reduzidos aos estados cerebrais (Romão; Almada, 2021; Almada, 2017a; Almada 2017b).

As perspectivas cerebralistas no que concerne ao *status* da mente (consciente) no mundo físico trouxeram um outro ponto de vista de como se dá a relação da mente com o corpo ou da mente com o cérebro (Damásio, 2010). Reconhecemos o avanço teórico-conceitual que as perspectivas cerebralistas aduziram, buscando contornar, assim, o problema da interação entre a mente e o corpo ao postular a identidade mente-cérebro. Sinalizamos que as perspectivas cerebralistas favoreceram os paradigmas fisicalistas ao postularem a inclusão total da mente no mundo físico. Pacificou-se a problematização do princípio do fechamento causal do domínio físico ou mesmo da interação mente-corpo. Isto decorre da postulada identidade dos estados mentais em relação aos estados cerebrais, porque, em tese, a mente deixa de ser causada pelo cérebro uma vez que é reduzida a ele.

Estrutura da vida mental e Emergência da mente consciente: balizas das dimensões causais e ontológicas da mente (consciente) – reductibilidade-irreductibilidade e inclusividade-exclusividade

Seguimos no solo teórico emergentista, posicionando-nos, simultaneamente, contra as posições extremadas dadas pelas perspectivas cerebralistas reducionistas, de um lado, e contra as posições dualistas, de outro. Nesta tarefa, então, buscamos manejar os conceitos de reductibilidade e irreductibilidade nas dimensões causais e ontológicas, bem como adicionamos os conceitos de inclusividade e exclusividade com a finalidade de clarear o mundo físico e a estrutura da mente (consciente) no contexto do quadro teórico e conceitual emergentista (Searle, 1992).

Deste modo, o conceito da inclusividade no interior da perspectiva emergentista nos serve ao propósito de dizer que o cérebro em associação com corpo e com o ambiente causa e sustenta a mente. Ou seja, na direção ‘de baixo’ para ‘cima’ ou na direção micro-macro, a mente (consciente) se encontra totalmente incluída e é dependente das suas bases constituintes, a saber: o corpo, o cérebro e o ambiente. Logo, a inferência a que chegamos é a de que a inclusividade é assegurada na via da reductibilidade causal cérebro-corpo-ambiente → mente (consciente). Contudo, quando analisamos o caminho contrário seguindo a orientação ‘de cima para baixo’ nos deparamos com características exclusivas (específicas) que não estão instanciadas em nenhuma das suas partes constituintes e nem

no seu conjunto integrado. Neste sentido, a inferência a que chegamos é a de que a exclusividade é assegurada na via da irreducibilidade ontológica, ou seja: mente (consciente) → cérebro-corpo-ambiente.

Assim, ao concebermos a mente (consciente) como propriedade emergente ou sistêmica de um organismo biológico, contornamos, em tese, o problema da interação mente-corpo enfrentado pela perspectiva dualista a partir da qual as realidades destas substâncias são definidas de modo completamente distintas. Acentuamos que este *status* físico da mente (consciente) torna plausível, em tese, a influência da mente (consciente) sobre o corpo e seus subsistemas, bem como sobre o ambiente e seus subsistemas, o que satisfaz, neste caso, a tese do fechamento causal do domínio físico.

Por consequência, a perspectiva fisicalista não-reducionista defende a tese de que há condições apropriadas de satisfação dos poderes causais das propriedades sistêmicas sobre suas partes constituintes. O fisicalismo não-reducionista visa a acomodar uma realidade completamente constituída pela ordem física. O fisicalismo não-reducionista visa a ampliar a visão de que a mente (consciente) está completamente incluída no mundo físico. Assim, salvaguardado o estatuto biológico e/ou físico da mente (consciente) se faz *mister* rivalizar com a ideia de que os estados mentais possam ser considerados propriedades independentes do mundo físico em razão das características exclusivas e/ou qualitativas exibidas em seu nível de complexidade.

Searle (1992), em *A Redescoberta da Mente*, sustenta a tese de que processos neurofisiológicos causam e sustentam a mente (consciente), o que nos sintoniza com a concepção defendida por Searle (1992) quanto à natureza da redutibilidade causal do cérebro em relação à mente (consciente), bem como viabiliza o debate no interior de nossas melhores ciências empíricas disponíveis. Para Searle (1992, p. 181-182), “as características formais da relação já estão presentes na suficiência causal das formas de causação micro-macro”, e, portanto, pareceu-lhe óbvio “a partir de tudo que se sabe do cérebro que os fenômenos mentais (de cima) são causados unicamente por fenômenos (de baixo) de nível inferior” (Searle, 1992, p. 181-182).

Adicionalmente, ampliamos o escopo do modo de redutibilidade causal apresentado por Searle (1992). Defendemos a inclusividade total da mente (consciente) em relação às suas bases componentes para além do cérebro. Concebemos que a emergência da mente (consciente) se deve à estrutura de integração e interação que envolve necessariamente os macromarcadores corpo, o cérebro e o ambiente. Do

contrário, a ausência de qualquer uma das partes mencionadas (corpo-cérebro-ambiente) inviabilizaria a emergência desta propriedade sistêmica, a saber: a mente (consciente).

Se, por um lado, sustentamos a tese da redutibilidade causal do cérebro em conjunto com o corpo e o com o ambiente, por outro lado, defendemos a irredutibilidade ontológica da mente (consciente) em relação as partes constituintes a partir das quais emergiu. Para tanto, lançamos mão da ideia de exclusividade das características dos estados mentais que não estão presentes em seus componentes isolados. Em consonância com Searle (1992, p. 179), enfatizamos que a defesa da irredutibilidade ontológica não traz consequências científicas inapropriadas.

O desafio é o de balizar uma estrutura notadamente assimétrica, a saber: redutibilidade causal e irredutibilidade ontológica (Searle, 1992, p 168). Quando examinamos a consciência parece-nos não ser de fato possível realizar a redução ontológica. Tanto é que os dualistas cujo apoio se encontra na irredutibilidade da consciência a concebe como prova incontrovertida da verdade de sua posição. Ainda que seja admitida a irredutibilidade da consciência, defendemos a via de inclusividade de baixo para cima apresentada pela consciência como uma propriedade causalmente emergente do comportamento dos neurônios (cérebro). E, na versão ampliada do escopo da redutibilidade causal: do corpo-cérebro-ambiente para mente (consciente).

Nas balizas da redutibilidade causal e da irredutibilidade ontológica, nos deparamos com características exibidas nos estados mentais subjetivos totalmente exclusivas em seu nível de complexidade, o que nos conduz à inferência da exclusividade na via da não-redução ontológica. Assim, mesmo se fosse possível em hipótese explicar de modo cabal as leis da física e do mundo físico, se chegássemos à perfeição da ciência do cérebro, isso não nos levaria a redução ontológica da consciência, pois ainda teríamos que lidar com a ontologia de primeira pessoa presente na experiência dos estados mentais subjetivos.

Ao emergentista lhe cabe reconhecer que mesmo diante da impossibilidade de exaurir a predição das propriedades sistêmicas de um arranjo como todo a partir de suas unidades constitutivas em isolamento, a empreitada lhe impõe o desafio de operar esforços no sentido de desvendar e escrutinar as relações possíveis traçadas entre as partes, em diferentes contextos, pontos de vistas experimentais e teóricos (Mograbí, 2008, p 278). Neste sentido, a teoria emergentista tem que lidar com as vastas interações de diferentes níveis de complexidade presentes no mundo físico.

Por este motivo, a posição emergentista parece proceder por vezes de modo distinto ao indicado pelo princípio da *Navalha de Occam* ou princípio da parcimônia que sustenta o seguinte pressuposto: “sendo possível explicar algum fenômeno recorrendo a um número menor ou limitado de elementos e/ou conceitos, é assim que se deve proceder” (Borges, 2022, p.139). Segue-se daí a prerrogativa de que ser parcimonioso ou econômico é a busca da não teorização desnecessária ou complexificação desnecessária.

Contudo, sem deixarmos de reconhecer a relevância da *Navalha de Occam*, quando tratamos do complexo fenômeno da mente (consciente), no compasso de Borges (2022, p. 139) salientamos que a ‘navalha’ “não preceitua que sempre e em todos os casos se deva, absolutamente, fazer por menos ou jamais postular elementos adicionais”. Se assim fosse, poderíamos chamá-la *Princípio da Simploriedade* e não *Princípio da Simplicidade* como também pode ser denominada a *Navalha de Occam* (Borges, 2022, p. 139).

Logo, neste complexo emaranhado de inter-relações fica patente a necessidade de operar os conceitos de independência e interdependência, inclusividade e exclusividade, quantidade e qualidade, novidade, previsibilidade e imprevisibilidade, redutibilidade e irredutibilidade, no interior de uma concepção fisicalista que visa a defender a tese de que a consciência é uma característica biológica ordinária de um organismo vivo em pleno funcionamento, e corrobora com ideia de que o mundo é inteiramente constituído nos termos da física por campos de forças fundamentais em interação, a saber: força forte, eletromagnetismo, força fraca e gravitacional.

Neste sentido, essa compreensão vai de encontro à ideia substancialidade da mente, cuja proposta lança mão de entidades sobrefísicos no seio de sua convicção, por um lado, e vai ao encontro, por outro, da ideia de coimplicação entre as partes compreendidas nos diversos níveis de complexidade no interior de uma concepção fisicalista de mente apoiada na ideia de que a mente está plenamente inserida no mundo físico.

Emergentismo e a aproximação de uma noção da metafísica de processos: um pequeno aceno para os mecanismos de regulação *Bottom-up* (debaixo para cima) e *Top-Down* (de cima para baixo)

Nos aproximamos de uma perspectiva da metafísica de processos, o que nos permite examinar teoricamente e conceitualmente a influência das propriedades

emergentes sistêmicas sobre suas partes constituintes sem que, para isso, seja admitida a ideia de que a mente é um epifenômeno, e de que, portanto, não exerce influência de ‘cima para baixo’. Deste modo, mantemo-nos sustentando a tese da ontologia da irreduzibilidade na esteira do conceito de exclusividade das características particulares das propriedades sistêmicas exibidas nos estados mentais subjetivos ou na experiência consciente.

Neste ponto, abre-se a possibilidade de debater o problema da determinação descendente, bem como abarcamos o exame dos mecanismos de regulação *bottom-up* (debaixo para cima) e *top-down* (de cima para baixo). Partimos da defesa de que a mente (consciente) instancia propriedades qualitativas (propriedades sistêmicas ou emergentes) que parecem atuar mais no sentido da restrição, seleção, organização, estruturação, determinação, supressão e/ou repressão do comportamento dos processos em níveis inferiores do que no sentido de causação (Mograbi, 2008). Segue-se daí a defesa de que há uma relação de interdependência entre os diversos níveis de regulação do sistema dado pelo organismo integrado pelo corpo-cérebro-mente.

Há, nos estudos dos mecanismos de regulação *bottom-up* e *top-down*, um aporte teórico importante advindo das neurociências, o qual sugere a possibilidade de intervenção das capacidades de controle exercidas pelas áreas frontais sobre as áreas de processamento mais automáticas. Estas áreas integradas são possíveis de serem relacionadas à reportabilidade e reflexão, bem como à atenção consciente.

A sugestão repousa na ideia de que as avaliações procedidas em áreas frontais são capazes de interferir na supressão ou na inibição de valorações de níveis de processamento de informação prioritariamente automáticos e mais básicos, o que legitima e evidencia o argumento de que o cérebro integrado ao corpo e ao ambiente apresenta diferentes níveis de complexidade. Dentre os níveis, segue-se a hipótese segundo a qual o nível superior pode apresentar relevância causal, ou melhor, determinação descendente, através de mecanismos de filtro, modulação, restrição, supressão, estruturação, supressão, mecanismo substrativos competentemente preparados a influenciar e dar forma às propriedades de nível inferior (Mograbi, 2008, p. 283).

Nestas seções, dedicadas à abordagem da estrutura da vida mental, três problemas relativos à interação mente-corpo e à consciência concebida como propriedade sistêmica de nível superior foram trazidos à baila: um aceno ao problema da determinação descendente examinado sob o prisma emergentista e sob o prisma de uma perspectiva fisicalista da mente (consciente); apontamos pistas para o problema filosófico da

determinação descendente a caminho de uma abordagem dinâmica das relações de integração e interação entre o corpo, o cérebro e o ambiente; e, por fim, indicamos uma aproximação da metafísica de processos e as relações todo-parte no interior do problema mente-corpo a partir da ênfase dos poderes causais ‘de cima para baixo’ ou da consciência (propriedade sistêmica) sobre suas partes componentes, a saber: o corpo, o cérebro e o ambiente.

Um aparte em busca da ampliação de escopo: físicoismo biológico e as razões por que um emergentista não pode ser considerado um dualista de propriedades?

Buscamos enfrentar um problema recorrente, qual seja: a alegação de que o físicoismo biológico se parece bastante com o dualismo de propriedades (Searle, 2014 [2002], p. 105). Embora Searle (2014 [2002]) não se declare abertamente um emergentista, a perspectiva fisicalista biológica por ele defendida pode nos servir de referência e ampliação do escopo dos argumentos a favor da posição teórica emergentista (fisicalista), uma vez que a posição emergentista a qual estamos indexados tem o propósito de enfrentar os *dualismos*, tanto de substâncias quanto de propriedades. Assim, a defesa de que o físicoismo biológico de Searle (2014 [2002]) e o emergentismo não podem ser considerados dualismos de propriedades nos parece relevante pelo fato de que ambas as posições assumem uma visão fisicalista sem assinar uma pauta reducionista.

Searle (2014 [2002], p. 105), concentra esforços em uma pergunta capital sobre a qual gira a discussão, a saber: o problema mente-corpo é o problema sobre como a consciência se relaciona com o cérebro? E segue com a afirmação: se continuarmos aceitando o vocabulário tradicional que contrasta o mental e o físico seguiremos confusos na abordagem do problema mente-corpo (Searle 2014 [2002], p. 105).

No interior do problema da consciência, Searle (2014 [2002], p.105) identifica duas limitações importantes herdadas da tradição do problema mente-corpo. Primeira, parece que estamos distantes da completude do conhecimento acerca de como processos cerebrais causam e sustentam a consciência. Segunda, a continuação da aceitação de um vocabulário tradicional que contrasta o mental e o físico, a mente e o corpo, o espírito e a carne, para Searle (2014 [2002], p. 105), mantém a abordagem do problema mente-corpo confusa. Deste modo, embora não seja possível superar nossa ignorância neurobiológica, é necessário minimamente tentar superar esta confusão conceitual dada pelas perspectivas dicotomizadas (Searle, 2014 [2002], p. 105).

Talvez o passo mais importante dado pelo dualista de propriedades repouse na perspectiva de que a fonte a partir da qual surge a mente (consciente) é a físico, ordem física. Contudo, o dualismo de propriedades se mantém refém de um vocabulário tradicional que sustenta a ideia de que a mente uma vez soerguida se torna independente do mundo físico. Consequentemente, o dualista de propriedades promove a cisão entre a base física, de um lado (cérebro-corpo), e, a mente (consciente) e suas propriedades mentais, de outro.

Searle (2014 [2002], p.107) prossegue a discussão apresentando quatro proposições geralmente endossadas pelos dualistas de propriedades, sendo que a quarta é concebida como uma consequência aparente ou dificuldade derivada das três primeiras:

(i) a primeira proposição diz respeito à ideia de que fenômenos mentais e fenômenos físicos são categorias mutuamente excludentes a partir das quais se constitui toda a realidade empírica;

(ii) a segunda proposição tangencia a concepção segundo a qual estados mentais não podem ser reduzidos a estados neurobiológicos, e, destarte, são considerados algo distinto e além do corpo-cérebro. A sustentação da irreducibilidade dos estados mentais aos estados físicos é, então, utilizada pelo dualista de propriedades como prova suficiente de que o mental é algo além (*over and above*) do neurobiológico (Searle, 2014 [2002], p. 107);

(iii) A terceira proposição avança em relação ao dualismo de substâncias quando diz que a consciência existe, e que não é “uma substância autônoma (*separate substance on it own*), mas, sim, uma propriedade do cérebro” (Searle, 2014 (2002), p. 106). Desta maneira, assegura-se o *status* físico da mente, todavia, cai nas ‘amarras’ do vocabulário tradicional inerente à ideia dicotomizada de que o ser humano tem dois tipos de propriedades paralelas ou isoladas: propriedades mentais e propriedades físicas;

(iv) a quarta proposição pode ser exibida como uma dificuldade saliente decorrente das três primeiras, qual seja: dadas as suposições (i), (ii) e (iii), como pode a consciência operar causalmente?

Searle (2014 [2002]) apresenta duas possibilidades geralmente empregadas pelos dualistas de propriedade para lidarem com esta questão específica. Ao apreciá-las, Searle (2014 [2002], p. 107) assevera dizendo que nenhuma das duas lhe parece atrativa. A primeira possibilidade parte da tese de que o universo físico é causalmente fechado. Neste caso, nada não físico poderia jamais causar efeitos no universo físico. Se é assim, temos que, no caso do dualismo de propriedades, se a propriedade mental é concebida como

algo distinto e além (*over and above*), a inferência a que chegamos é a de que a consciência não faz parte do universo físico. Logo, a consciência neste caso parece ser um epifenômeno, e como tal não é capaz de desempenhar papel algum em nossos comportamentos (Searle, 2014 [2002], p. 107).

A segunda possibilidade repousa na suposição de que o universo físico não seja causalmente fechado. Assim, a consciência pode operar causalmente na produção de comportamentos físicos. Searle (2014 [2002]) diz: “isto parece nos levar da frigideira ao fogo”, pois sabemos, por exemplo, que, quando levantamos uma perna, há disparos de neurônios, neurotransmissores e contrações musculares que dão conta de descrever satisfatoriamente (neurofisiologia) a ação da perna. Neste panorama, haveria, para um só evento (levantar a perna), duas causas distintas, nenhuma redutiva à outra, o que culminaria na conclusão de que há a possibilidade de os movimentos causais terem muitas causas, e o que é pior: causas isoladas. Para Searle (2014 [2002], p. 107), estamos diante de outro problema, a saber: superdeterminação causal (*causal overdetermination*).

Exposta as quatro proposições do dualista de propriedades e a sua visão geral, nos alinhamos ao Searle (2014 [2002], p. 107-108) no sentido de nos opormos ao modo como o dualista de propriedades concebe a relação da mente (consciência) com a realidade e/ou com o mundo. A premissa precípua é de que vivemos em um mundo só e ele apresenta diversas características (Searle, 2014 [2002], p. 108). Em vista disso, nos parece plausível expandir a defesa do físicoismo biológico à perspectiva emergentista a qual estamos vinculados, qual seja: a perspectiva de que o mundo físico (mundo) é distribuída em níveis de complexidade que não podem ser concebidos como compartimentos. Pelo contrário, devem ser concebidos como uma escala ascendente de complexidade que forma assim um *continuum* capaz de integrar tanto os mecanismos de regulação *bottom-up* quanto os mecanismos de regulação *top-down*.

Por essa razão, sustentamos com Searle (2014 [2002], p.108) que não faz sentido tentar responder questões como “quantas categorias metafísicas fundamentais existem?”, uma vez que não há “duas (ou cinco ou sete) categorias ontológicas fundamentais” (Searle, 2014 [2002], p. 108). A partir desta constatação, para nós, emergentistas, o que temos é a presença de características particulares que são exibidas por nível de complexidade. Estas características particulares ocorrem no interior de uma escala de complexidade. Deste modo, a perspectiva fisicalista (emergentista) se alinha à tese de que fundamentalmente a consciência, no interior desta escala de complexidade, é um

fenômeno biológico que interage com outros processos biológicos/físico-químicos (Searle, 2014 [2002], p. 108).

Para Searle (2014 [2002], p. 108), por exemplo, lhe parece claro que a consciência é moldada pela cultura, porquanto a cultura é, ela mesma uma expressão de nossas capacidades biológicas subjacentes. Em sintonia com Searle (2014 [2002]), sustentamos a plausibilidade da tese de que a consciência pode ser concebida como um “processo biológico como a digestão, a fotossíntese ou a secreção da bile” (Searle, 2014 [2002], p. 108). Desta maneira, a consciência não existe em um domínio separado do mundo físico. É, portanto, um fenômeno físico e não tem poder causal além daqueles de sua base física (Searle, 2014 [2002], p. 112).

Considerações finais: A irreduzibilidade sob o prisma fisicalista das perspectivas não-reducionistas, ou sobre a virada de chave em relação ao dualismo de propriedades

A irreduzibilidade ontológica da mente (consciente) é o ponto sobre o qual Searle (2014 [2002], p. 108-109) procede a uma distinção crucial em relação ao dualismo de propriedades. Searle (2014 [2002]) e os dualistas de propriedades concordam que a consciência é ontologicamente irreduzível (Searle, 2014 [2002], p. 108-109). O emergentista também concorda com esta compreensão.

Outro aspecto a ser tratado é o de que, para o dualista de propriedades, para Searle (2014 [2002]) e para o emergentista no âmbito de tudo que sabemos sobre o cérebro, a consciência é causalmente redutível a processos cerebrais. O ponto de desacordo se encontra no modo como a dimensão da irreduzibilidade é abordada. A virada de chave ocorre quando Searle (2014 [2002], p. 108-109) nega que a irreduzibilidade ontológica da consciência implica que ela seja algo distinto e além (*over and above*) de sua base biológica.

No que diz respeito à dimensão da irreduzibilidade da mente (consciente), vale a pena trazer à baila a reflexão de Castro (2017). Castro (2017, p. 38-39), recorre à obra de Huxley (*On the hypothesis that animal are automata and its history*), produzida em 1970, com a finalidade de debelar a concepção segundo a qual a irreduzibilidade ontológica da consciência perfaz a ideia de que a consciência é um epifenômeno.

Para Huxley (1874), a consciência é uma característica emergente de um sistema de neurônios que passou por um processo evolutivo (Castro, 2017, p. 38). É neste ponto

que reside a concordância com Searle (2014 [2002]). Searle (2014 [2002]) também compreende que a consciência é uma característica emergente de um sistema biológico organizado. Agora o ponto de discordância nevrálgico: Huxley (1874) compreende que a consciência é causada pelo cérebro, entretanto, a consciência em sua compreensão não apresenta eficácia ou poder causal (Castro, 2017, p. 38-39). Huxley (1874), recorre à metáfora da locomotiva com propósito de explicitar sua compreensão acerca da relação da consciência com a sua base física. A sugestão é a de pensarmos em uma locomotiva como todos os seus componentes, por exemplo, motor, fumaça e apito. A locomotiva apresenta capacidades causais de emitir apito e fumaça etc. Para Huxley (1874), a fumaça emitida pela locomotiva pode ser comparada à consciência gerada pelas sinapses cerebrais (Castro, 2017, p. 38-39).

Nesta abordagem, há convicção de que sem a locomotiva não seria possível haver a emissão da fumaça, assim como sem o cérebro não pode haver a causação e a sustentação da consciência. Todavia, o incômodo incide sobre a compreensão da consciência concebida como um epifenômeno, ou em outros termos, a consciência concebida como um produto colateral sem influência causal sobre a maquinaria (cérebro-corpo) que a produziu (Castro, 2017, p. 38-39). Neste caso, Searle (1992, 2014 [2002]) considera este entendimento bastante delicado, uma vez que tratamos atitudes proposicionais como desejo, vontade e intenção, por exemplo, como meros adereços ou fenômenos secundários da consciência à maneira da fumaça e do apito da locomotiva que não possui características volitivas, ou como enfatizou Castro (2017, p. 38-39): a consciência é “como fumaça ao vento sem nenhuma eficácia causal de modificação do organismo”.

Neste sentido, Searle (2014 [2002], p.111) lança a seguinte questão: por que alguém suporia que a redutibilidade implica epifenomenalismo, já que o mundo físico ou mundo é repleto de características de nível superior causalmente eficazes, que, por sua vez, são causadas por microfenômenos em níveis mais baixos? O dualista de propriedades típico na versão epifenomenalista concebe que o cérebro ‘dá origem’ a consciência que apresenta uma vida própria. Na versão predominante a consciência emanada não tem poderes causais, de uma parte, e na versão forte (*full-blooded*), de outra parte, que aparece menos nos domínios da literatura, segundo Searle (2014[2002], p. 111), a consciência tem um modo de vida próprio capaz de interferir no mundo físico.

Ao constatarmos que, em todos os casos, o fenômeno de nível superior é causalmente redutível à sua base microestrutural, devemos ainda enfrentar a herança do

vocabulário tradicional que nos diz que o mental e o físico são reinos inteiramente distintos. O fato é que a irredutibilidade ontológica da consciência em relação à sua base neural não viabiliza a presunção de que a consciência não seja parte do mundo físico (Searle, 2014 [2002], p. 112).

Decorre desta abordagem a tentativa em enfrentar as limitações do vocabulário herdado do século XVII, proeminente ao contrastar o mental e o físico, e o esforço em lidar com o problema no plano do conceito do mundo físico da redução causal que não implica necessariamente redução ontológica. Em *A Redescoberta da Mente*, Searle (1992) sustenta que o mental é físico e o físico é mental. O que temos na irredutibilidade ontológica é a presença de características específicas ou particulares instanciadas nos níveis mais elevados de complexidade sem que, no entanto, resulte em uma categoria ontológica que se torna independente ou que está de fora do mundo físico. Deste modo, não é plausível que a consciência mantenha um *status* metafísico misterioso (Searle 2014 [2002], p. 112).

Searle (2014[2002], p. 113) considera o dualista de propriedades engajado na tentativa de dizer algo verdadeiro, mas considera que a tarefa não é exitosa. Se, por um lado, “o dualista de propriedades está tentando dizer, verdadeiramente, que estados de consciência ontologicamente irredutíveis existem”, por outro lado, todavia, o dualista de propriedades “termina por dizer, falsamente, que estes estados não são parte comum do mundo físico” (Searle, 2014 [2002], p. 113).

Referências

- ALMADA, Leonardo Ferreira. In search of the theoretical and conceptual foundations of the mind-problem: what does physics have to say about the basic constitution of the world? **Philosophos**, Goiânia-GO, v. 22, n. 1, p. 107-140, jan-jun. 2017a.
- ALMADA, Leonardo Ferreira. The mind-body problem from an emergentist approach: a defense of a physicalism based on the levels of complexity of the nature and on the irreducibility of emergent properties. **Dissertatio**, Pelotas-RS, vol. Suplementar 5 (Dossiê físicoismo), p. 73-96, setembro 2017.
- BORGES, Willian Saraiva. A Navalha de Ockham: um princípio lógico de parcimônia. **Scintilla**, v.19, n.1, Curitiba PR, 2022.
- CASTRO, Frederico Fernandes. **A Filosofia da mente de John R. Searle na Perspectiva emergentista**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina-MG, 2017.
- DAMASIO, Antonio. **Descartes's Error: Emotion, Reason, and the Human Brain**. New York, NY: Putnam's son, 1994.

- DAMASIO, Antonio. **The Feeling of What Happens: Body and emotion in the making of consciousness.** San Diego, CA: Harcourt, Inc, 1999.
- DAMASIO, Antonio. **Looking for Spinoza: Joy, Sorrow, and the Feeling Brain.** New York, NY: Harcourt, 2003.
- DAMASIO, Antonio. **Self Comes to Mind: Constructing the Conscious Brain.** New York, NY: Vintage Books, 2010.
- DUTRA, Luiz Henrique. A emergência em níveis. **Scientia Studia**, v. 13, n.4, p. 841-865, 2015.
- JUARRERO, Alicia. Dynamics in action: intentional behavior as a complex system. **Emergence**, v. 2, n. 2, p. 24-57, 2000.
- HUXLEY. **On The Hypothesis That Animals are Automata, and its History.** In: Godfrey Norman Agmondisham Vesey (Ed.) **Body and Mind.** London: George Allen and Unwin Ltd., 1970.
- LIBET, Benjamin. **Mind Time: The Temporal Factor in Consciousness.** Harvard University Press, Cambridge/Londres, 2004.
- MOGRABI, Gabriel José Corrêa. **Emergência, Mente e Decisão: A Relevância Causal de Diferentes Níveis.** 2008. 332 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- MOGRABI, Gabriel José Corrêa. O monismo físico e a opção dinâmica- ou, por um fisicalismo de forças ou interações como melhor opção na lida com o ‘Dilema de Hempel’. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal-RN, v. 23, n.40, p. 97-126, 2016.
- MURPHY, Nancey. Reductionism: How did we fall into it and can we emerge from it?. In: Murphy, Nancey; Stoeger, William R. (Eds.). **Evolution and emergence: systems, organisms, persons** (pp. 19-39). New York, NY: Oxford University Press, 2007.
- NAGASHIMA, Yorikiyo. **beyond the standard model of elementary particle physics.** Weinheim, Germany: Wiley-VCH Verlag GmbH & Co. KGaA, 2014.
- NGUYEN, Huong. **The search for the standard model higgs boson in leptons plus jets final states.** 2014. 186 p. Tese (Doutorado em Física) – University of Virginia, Charlottesville, VA, 2014.
- ROMÃO, Fabiense Pereira; ALMADA, Leonardo Ferreira. O emergentismo como alternativa teórica para o problema mente-corpo. **Aufklärung: Revista de Filosofia**, v. 8, n. 1, p. 41-56, 2021.
- SCHAFFER, Jonathan. Is there a fundamental level? **Nous**, v. 37, n. 3, 2016.
- SEARLE, John. **The Rediscovery of Mind: Representation and Mind.** Cambridge, MA: Bradford Book, 1992.
- SEARLE, John. The irreducibility of consciousness. In J. Heil (Ed.), **Philosophy of Mind: a guide and anthology.** Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 700-708.
- SEARLE, J. R. The irreducibility of consciousness. In John Heil (Ed.), **Philosophy of Mind: a guide and anthology** (pp. 700-708). Oxford, UK: Oxford University Press, 2004.
- SEARLE, John. Por que não sou um dualista de propriedades. Tradução de José Renato Freitas Rêgo; Juliana de Orione Arraes Fagundes. **Filosofando: Revista de Filosofia da UESB** (Número Especial – Filosofia da Mente e Filosofia da Linguagem). Ano 2, n. 2, Julho–Dezembro, 2014 [2002].
- SKINNARI, Louise Anastasia. A Search for Physics beyond the standard model using like-sign muon pairs in pp collisions at $\sqrt{s} = 7$ tev with the atlas detector. 2012. 212 p. **Tese** (Doutorado em Física) – University of California, Berkley, California, 2012.
- STEPHAN, Achim. Varieties of Emergence in Artificial and Físico Systems. **Zeitschrift für Naturforschung: a Journal of Biosciences**, v. 53c, p. 639-656, 1998.

STEPHAN, Achim. Varieties of emergentism. **Evolution and Cognition**, v. 5, n. 1, p. 49-59, 1999.

VIEIRA, Fabiano de Souza. **Determinação Descendente: A Relação todo-partes em Sistemas Físicos**. 2009. 116 p. Tese (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2009.

Recebido em: 03/12/2024

Aprovado em: 15/04/2024